



LINX S/A

CNPJ/MF nº 06.948.968/0001-75



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Linx S.A. ("Linx" ou "Companhia"), atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023 comparativamente a 31/12/2022. A Linx, presente no mercado há 37 anos, é líder em tecnologias para o varejo, utilizando tecnologias de nuvem, big data, inteligência artificial, entre outras inovações, para criar um amplo portfólio de soluções transacionais e de performance, que incluem softwares de gestão (POS - "point of sale" e ERP - "enterprise resource planning"); SaaS ("software as a service") e soluções de Digital (OMS e e-commerce); TEF e QR Code; cross selling (NFC e conectividade), entre muitas outras.

Mensagem da Administração: De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, o volume de vendas no comércio varejista ampliado apresentou uma expansão de 2,4% no acumulado dos doze meses de 2023 e retração de 0,7% de 2022. A plataforma de soluções da Linx é uma das principais alternativas para os varejistas continuarem operando com segurança, viabilizando a continuidade e expansão dos seus negócios até mesmo durante os momentos mais adversos. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de Ativos: Em 31/12/2023, os ativos da controladora e do consolidado totalizaram um montante de R\$ 1.509,1 milhões e R\$ 2.105,2 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 2,7% na controladora e 3,8% no consolidado em relação ao total de ativos em 31/12/2022, no montante de R\$ 1.469,9 milhões e R\$ 2.027,3 milhões, respectivamente.

Total de Passivos e Patrimônio líquido: Em 31/12/2023, os passivos da controladora e do consolidado totalizaram um montante de R\$ 1,4 milhões e R\$ 463,1 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 141,9% na controladora e redução de 9,9% no consolidado em relação aos passivos em 31/12/2022, no montante de R\$ 0,6 milhões e R\$ 513,7 milhões, respectivamente. Em

31/12/2023 o patrimônio líquido da controladora e consolidado totalizaram um montante de R\$ 1.507,6 milhões, R\$ 1.469,3 milhões em 31 de dezembro 2022, representando um aumento de R\$ 38,3 milhões.

Resultado: No exercício findo em 31/12/2023, o lucro da controladora e do consolidado totalizaram um montante de R\$ 22,2 milhões e R\$ 22,9 milhões, respectivamente, em comparação ao saldo do prejuízo de R\$ 2,9 milhões e R\$ 3,0 milhões em 31/12/2022. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **Receitas:** As receitas operacionais consolidadas que contemplam serviços de assinatura e aluguel de equipamentos, totalizaram um montante de R\$ 1.190,5 milhões, líquido de impostos, no exercício findo em 31/12/2023, um aumento de 4,9% em relação ao total de R\$ 1.134,9 milhões no exercício findo em 31/12/2022. O aumento deve-se basicamente ao volume total processado e à incorporação das operações da Sponte Informática S.A. ("Sponte"), a partir de uma cisão parcial da STNE Participações S.A., na qual a Linx Sistemas e Consultoria Ltda., subsidiária integral da Companhia, incorporou a operação da Sponte. **Despesas de vendas:** As despesas de vendas consolidadas, totalizaram um montante de R\$ 277,2 milhões no exercício findo em 31/12/2023, um aumento de 18,2% em relação ao total de R\$ 237,6 milhões no exercício findo em 31/12/2022. Esse aumento deve-se principalmente a (i) adoção de novas estratégias de expansão de canais, e (ii) maiores investimentos em nossas equipes de vendas e atendimento. Reafirmamos nosso compromisso com o longo prazo, através da busca por sinergias com a plataforma financeira da StoneCo. Ltd. ("StoneCo"), integração da Linx com as empresas de software que a StoneCo investe, além da maior disciplina em gestão de custos e despesas.

Declaração da Diretoria: Os diretores da Linx declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023, autorizando a sua divulgação. São Paulo, 27/03/2024. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.532	7.316	97.639	143.404	14	143	90	93.281	78.156
Aplicações financeiras	6.2	4.299	—	4.361	47.129		—	—	3.982	10.688
Contas a receber de clientes	7.2	—	—	263.456	245.180	15	—	—	5.811	10.341
Tributos a recuperar	8	4.170	2.508	31.717	33.364	16	—	—	93.376	94.943
Contas a receber de partes relacionadas	9	—	—	1.990	4.437		3	—	19.080	20.083
Outros créditos	10	108	1.360	42.044	32.983		787	—	4.920	6.401
		16.109	11.184	441.207	506.497				21.995	58.036
									15.310	16.143
									61	69
									396	386
									54	52
									1.444	597
									279.912	318.693
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras	6.2	—	—	1.156	1.020	15	—	—	26.921	42.670
Contas a receber de clientes	7.2	—	—	14.886	17.231	16	—	—	1.790	2.792
Tributos a recuperar	8	—	—	66	66	17	—	—	5.991	13.814
Tributos diferidos	19.3	—	—	652	134	19.3	—	—	133.624	103.832
Outros créditos	10	13	44	24.139	30.561	18.2	—	—	321	1.669
		13	44	40.899	49.012	22.3	—	—	10.430	24.338
Investimentos	11.2	1.492.942	1.458.667	5.240	5.491	20	—	—	4.064	5.900
Imobilizado	12.2	—	—	103.436	129.567				183.141	195.015
Intangível	13.2	—	—	1.514.414	1.336.694				463.059	513.708
		1.492.942	1.458.667	1.623.090	1.471.752				1.444	597
									279.912	318.693
Total do ativo		1.509.064	1.469.895	2.105.196	2.027.261	Total do passivo			1.444	597
						Patrimônio líquido			463.059	513.708
						Capital social	21.1	782.577	782.577	782.577
						Reservas de capital	21.2	890.532	870.583	890.583
						Reserva legal	21.3.1	7.037	7.037	7.037
						Outros resultados abrangentes	21.4	(36.755)	(32.894)	(36.755)
						Prejuízos acumulados		(135.771)	(158.005)	(135.771)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		1.507.620	1.507.620	1.469.298
						Participação dos não controladores		—	134.517	44.255
						Total do patrimônio líquido		1.507.620	1.469.298	1.642.137
						Total do passivo e do patrimônio líquido		1.509.064	1.469.895	2.105.196

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	23.2	—	—	1.190.518	1.134.915
Custo dos serviços prestados	24	—	—	(573.134)	(568.196)
Lucro bruto				617.384	566.719
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	25	(998)	(2.709)	(275.630)	(269.017)
Vendas	25	—	—	(277.183)	(237.559)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	3.586	(40)	10.790	(23.270)
		2.588	(2.749)	(542.023)	(529.846)
Resultado da equivalência patrimonial	11.2	18.287	(1.141)	(251)	(1.467)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		20.875	(3.890)	75.110	35.406
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26.2	748	1.080	18.625	32.524
Despesas financeiras	26.2	1.398	(53)	(42.408)	(50.320)
		2.146	1.027	(23.783)	(17.796)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		23.021	(2.863)	51.327	17.610
Imposto de renda e contribuição social correntes	19.2	(787)	—	(8.152)	(7.018)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	—	—	(20.250)	(13.631)
		(787)	—	(28.402)	(20.649)
Lucro (prejuízo) do exercício		22.234	(2.863)	22.925	(3.039)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da controladora		22.234	(2.863)	22.234	(2.864)
Lucro (prejuízo) atribuível a participação dos não controladores		—	—	691	(175)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado		Acumulado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do exercício	22.234	(2.863)	22.925	(3.039)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes				
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	(8.142)	(4.829)	(8.736)	(4.927)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes				
Efeito da aplicação da hiperinflação	4.281	5.259	4.281	5.418
Total dos resultados abrangentes	18.373	(2.433)	18.470	(2.548)
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da controladora	18.373	(2.433)	18.373	(2.433)
Participação dos não controladores	—	—	97	(115)
	18.373	(2.433)	18.470	(2.548)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		22.234	(2.863)	22.925	(3.038)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	12.2/13.2	—	—	114.457	118.798
Resultado de equivalência patrimonial	11.2	(18.287)	1.141	251	1.467
Adição para créditos de liquidação duvidosa	7.2	—	—	(3.079)	198
Mudança participação relativa controladas		—	—	—	351
Perdas (ganhos) na baixa/alienação de bens		—	—	(582)	41.723
Adição (reversão) de ajuste a valor presente		—	—	2.626	(1)
Pagamento baseado em ações		—	(32)	14.135	7.044
Encargos financeiros		—	—	3.547	7.653
Impostos diferidos	19.2	—	—	20.250	13.631
Provisões para contingências	22.3	—	—	(6.335)	1.847
Outras receitas (despesas) operacionais		—	—	(10.177)	6.571
Receita com aplicação financeira		(273)	(784)	(862)	(7.784)
Efeito da aplicação da hiperinflação		—	(3)	3.957	4.108
		(18.560)	322	138.188	195.606
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		—	—	(9.167)	91.657
Tributos a recuperar		(1.549)	(389)	9.995	13.864
Outros créditos e depósitos judiciais		1.282	(829)	(11.217)	47.997
Contas a Pagar a estabelecimentos comerciais		—	—	(6.706)	(123.944)
Fornecedores		53	(818)	2.209	(1.506)
Obrigações trabalhistas		—	—	(5.609)	13.107
Impostos e contribuições a recolher		1.478	(16)	(8.013)	4.768
Receita diferida		—	—	(2.181)	(9.886)
Outras contas a pagar		(6)	(454)	(3.585)	18.314
Pagamento contingências	21.3	—	—	(7.573)	—
Imposto de renda e contribuição social pagos		(801)	—	(3.628)	(17.588)
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais		4.131	(5.047)	115.638	229.351
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisição de ativo imobilizado		—	—	(21.819)	(17.128)
Aquisição de ativo intangível		—	—	(148.732)	(158.536)
Aquisição de sociedade, líquido de caixa e equivalentes de caixa adquiridos		—	—	—	(20.518)
Aquisição participação em associadas		—	—	—	(6.958)
Aumento de capital em controladas		(6.500)	(140.630)	—	137.130
Aporte de aplicação financeira		(4.141)	(480)	(4.141)	(615.508)
Resgate de aplicação financeira		115	10.356	47.635	605.692
Dividendos recebidos		6.500	—	—	—
Caixa e equivalente de caixa proveniente de empresas incorporadas		—	—	6.819	2.598
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de investimentos		(4.026)	(130.754)	(120.238)	(73.228)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:					
Pagamentos de arrendamento mercantil	15	—	—	(14.512)	(19.808)
Pagamento de participação em coligadas e subsidiárias adquiridas em períodos anteriores	17	—	—	(23.967)	(46.214)
Aporte de capital de acionistas		—	137.130	—	—
Juros sobre capital próprio pagos		—	1.484	—	—
Dividendo recebidos		10	3.500	(1.363)	—
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de financiamentos		10	142.114	(39.842)	(66.022)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		101	—	(1.323)	3.736
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		216	6.313	(45.765)	93.837
Demonstração do aumento (redução					

Continuação... **LINX S/A**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado				Participação não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados		
Saldo em 31/12/2021	645.447	857.975	7.037	(155.142)	(33.324)	1.321.993
Aumento de capital	137.130	—	—	—	—	137.130
Pagamento baseado em ações	—	6.771	—	—	—	6.771
Ganho na mudança de participação	—	—	—	—	—	—
Efeito da aplicação da hiperinflação	—	—	—	—	5.259	5.259
Mudança participação relativa controladas	—	5.837	—	—	—	5.837
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	—	—	—	—	(4.829)	(4.829)
Prejuízos do exercício	—	—	—	(2.863)	—	(2.863)
Saldos em 31/12/2022	782.577	870.583	7.037	(158.005)	(32.894)	1.469.298
Aumento de capital	—	—	—	—	—	—
Pagamento baseado em ações	—	13.854	—	—	—	13.854
Efeito da aplicação da hiperinflação	—	—	—	—	4.281	4.281
Mudança participação relativa controladas	—	6.095	—	—	—	6.095
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	—	—	—	—	(8.142)	(8.142)
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—
Lucro do exercício	—	—	—	22.234	—	22.234
Saldos em 31/12/2023	782.577	890.532	7.037	(135.771)	(36.755)	1.507.620

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 1985 e com sede na Avenida Doutor Ruth Cardoso, 7.221, 7º andar, São Paulo - Capital, a Linx S.A. ("Companhia" ou "Linx"), uma sociedade anônima controlada a partir de 1º de julho de 2021 pela STNE Participações S.A. ("STNE Par") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"). A Companhia e suas controladas fornecem soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento para o setor varejista na América Latina. A Companhia oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. A Linx tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros. Em 02/08/2021, a Companhia cancelou o registro como emissora de valores mobiliários na categoria "A", e passou a ser uma companhia fechada, deixando de ter ações de sua emissão listadas para negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 27/03/2024. **2.3. Reapresentação:** As rubricas abaixo da demonstração do resultado do exercício em 31/12/2022 foram reclassificadas para adequar a apresentação seguindo os mesmos parâmetros divulgados pelo Grupo StoneCo, permitindo, assim a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023:

	Controladora		31/12/2022		Consolidado	
	Publicado	Reapresentação	Publicado	Reapresentação	Publicado	Reapresentação
Custo dos serviços prestados	—	—	(380.335)	(187.861)	(568.196)	—
Administrativas e gerais	(2.387)	(322)	(2.709)	—	18.724	(269.017)
Pesquisa e desenvolvimento	(322)	322	—	(159.818)	159.818	—
Vendas	—	—	(236.361)	(1.198)	(237.559)	—
Outras receitas (despesas) operacionais	(40)	—	(40)	(33.787)	10.517	(23.270)
Total de custos e despesas	(2.749)	—	(2.749)	(1.098.042)	—	(1.098.042)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao balanço demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. **3.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31/12/2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e; • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. A Companhia reavalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes as transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Linx S.A., e suas controladas relevantes a seguir relacionadas:

	% Participação	
	31/12/2023	31/12/2022
Controladas diretas		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas") (a)	91,53%	97,00%
Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecom")	100,00%	100,00%
Controladas indiretas (c)		
Napse S.R.L. ("Napse Argentina")	100,00%	100,00%
Napse Uruguay SAS ("Napse Uruguai")	100,00%	100,00%
Sociedad Ingenua de Sistemas Napse I.T. de Chile Limitada ("Napse Chile")	100,00%	100,00%
Napse IT Peru S.R.L. ("Napse Peru")	100,00%	100,00%
Synthesis Holding LLC ("Napse Holding")	100,00%	100,00%
Synthesis US LLC ("Napse LLC")	100,00%	100,00%
Retail Americas Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Napse Rame")	100,00%	100,00%
Synthesis IT de México Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Napse IT")	100,00%	100,00%
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Linx Pay")	100,00%	100,00%
Hiper Software S.A. ("Hiper")	100,00%	100,00%
Esmeralda Serviços Digitais Ltda. ("PinPag") (b)	100,00%	100,00%
Safira Serviços Digitais Ltda. ("PinPag") (b)	100,00%	100,00%
Ametista Serviços Digitais Ltda. ("PinPag") (b)	100,00%	100,00%
Diamante Serviços Digitais Ltda. ("PinPag") (b)	100,00%	100,00%
Coligadas		
Neostore Desenvolvimento De Programas De Computador S.A. ("Neomode")	40,02%	40,02%

(a) Redução de participação na Linx Sistemas decorrente da cisão parcial da STNE Participações S.A. ("STNE PAR") (Nota 4.1). (b) Em 07/02/2024, o grupo StoneCo vendeu a totalidade das ações detidas nas sociedades PinPag (Nota 2). (c) Empresas controladas pela Linx Sistemas, exceto por Esmeralda Serviços Digitais Ltda., Safira Serviços Digitais Ltda., Ametista Serviços Digitais Ltda. e Diamante Serviços Digitais Ltda. que são controladas pela Linx Pay. A Linx S.A. é controladora direta das seguintes empresas: • Linx Sistemas: atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria, treinamento e participação em outras sociedades. • Linx Telecom: atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet. A Linx S.A. é controladora indireta das seguintes empresas: • Napse Argentina e Napse Uruguay: atuante no desenvolvimento e comercialização de softwares de automação de ponto de venda ("POS"), soluções para meios de pagamento eletrônico ("TEF") e motor de promoções para grandes cadeias varejistas nos principais mercados da América Latina. • Napse Holding: controladora das empresas Napse LLC, Napse I.T. e Napse Rame. • Retail Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Retail Renda Fixa"): fundo de investimento exclusivo e reservado para as operações de investimentos das empresas da Companhia e suas controladas. • Linx Pay: atua com a finalidade de agregar todas as iniciativas da Companhia relacionadas à fintech como TEF (gateway de pagamentos), DUO (Smart POS), o Linx Pay Easy (subadquirência), além dos novos produtos alinhados ao posicionamento estratégico da Linx nessa área e da participação em outras sociedades. • Hiper: atua com foco em soluções SaaS (software como serviço) para micros e pequenos varejistas. • PinPag: fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. **3.2. Classificação como circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja realizado ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que

seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.3. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.4. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de benefício em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.4.1. Previdência privada:** A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **3.4.2. Participação nos lucros:** A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e bônus de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **3.4.3. Benefício pós-emprego - plano de saúde:** A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **3.5. Conversão de moeda estrangeira:** **3.5.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e, também, a sua moeda de apresentação. Para cada controlada, a Companhia determina sua moeda funcional. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Companhia também é o real brasileiro, exceto pelo Grupo Napse. As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Nuevo Sol e o peso uruguaio. As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, têm suas demonstrações financeiras convertidas para reais usando (i) as taxas de câmbio da data de apresentação para ativos e passivos, (ii) taxas de câmbio médias mensais para lucro ou prejuízo, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). **3.5.2. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas pela Companhia em sua moeda funcional pela taxa de câmbio à vista na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros do Grupo Linx S.A. denominados em moedas estrangeiras. **3.6. Demonstrações financeiras em economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidência em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse Argentina. De acordo com o IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. **3.7. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, as seguintes transações não afetaram o caixa.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição de computadores, móveis e instalações incluídos em fornecedores a pagar	2.789	2.162
Aquisição de software e softwares desenvolvidos incluídos em fornecedores a pagar	15.733	5.460

3.8. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração no / CPC 32 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. • Alterações de escopo do CPC 26 e CPC 23: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações do CPC 26 e CPC 23. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.9. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Emendas do CPC 32: A alteração prevê uma exceção para não reconhecer e divulgar informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos que estejam relacionados com a legislação fiscal promulgado ou substancialmente promulgado para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (a "legislação do Pilar Dois"). As alterações exigem que as entidades divulguem separadamente as suas despesas/receitas fiscais correntes e as informações qualitativas e quantitativas sobre a exposição aos tributos sobre a renda do Pilar Dois em períodos em que a legislação é promulgada ou substancialmente promulgada, mas ainda não em vigor, nos períodos de relato anuais com início em ou após 01/01/2023. Atualmente, considerando a legislação em vigor nas jurisdições em que a Companhia opera, não se espera que afete as demonstrações financeiras da Companhia. • Emendas ao CPC 26 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. • Emendas do CPC 02 – Falta de permutabilidade: Em 15/08/2023, o IASB emitiu a emenda "Falta de Permutabilidade" que alterou o CPC 02. As emendas introduzem requisitos para avaliar quando uma moeda pode ser trocada por outra moeda e quando não pode. As alterações exigem que a entidade estime a taxa de câmbio à vista quando concluir que uma moeda não pode ser trocada por outra moeda. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2025 e devem ser aplicadas retrospectivamente. • Alterações do CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações do CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade. A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

4. RESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

4.1. Cisão parcial da STNE Participações S.A.: Em 01/08/2023, foi efetivada a cisão parcial do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da STNE PAR, onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistemas. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31/05/2023 do acervo líquido da STNE PAR:

Ativo		Passivo	
Participação societária - Sponte Informática S.A.	11.880		
Ativos líquidos - PPA Sponte Informática S.A.	18.157		
Agio - Sponte Informática S.A.	66.201	Capital social	96.238
Investimentos	96.238	Patrimônio líquido	96.238
Ativo não circulante	96.238		
Total do ativo	96.238	Total do passivo e patrimônio líquido	96.238

A avaliação da parcela cindida da STNE PAR foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que emitiu o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade em 31/05/2023. A cisão parcial do acervo líquido acarretou em aumento de capital da Linx Sistemas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Políticas contábeis: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Continua...



Continuação... LINX S/A

5.2. Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos – em moeda nacional	7.503	6.439	62.771	53.190
Caixa e bancos – em moeda estrangeira	—	—	2.347	10.916
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	29	877	32.521	79.298
Total (a)	7.532	7.316	97.639	143.404

(a) No exercício findo em 31/12/2023 havia aplicações em moeda estrangeira. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remunerado pela taxa de 102% do CDI. A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 27.9.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Políticas contábeis: As aplicações financeiras são classificadas como subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado ("VJR") ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Atualmente, a Companhia mantém como aplicações financeiras investimentos em títulos públicos. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efetivos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efetiva ("TJE"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável. **6.2. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos Públicos	4.299	—	5.517	48.149
Total	4.299	—	5.517	48.149
Ativo circulante	4.299	—	4.361	47.129
Ativo não circulante	—	—	1.156	1.020

A Administração tem por política a utilização destes recursos, substancialmente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas, pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional. A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 27.9.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Políticas contábeis: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada. Os valores a receber de clientes no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data-base. **7.2. Composição dos saldos:**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	296.579	278.162
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(17.670)	(14.591)
Ajustes a valor presente	(567)	(1.160)
Total	278.342	262.411
Ativo circulante	263.456	245.180
Ativo não circulante	14.886	17.231

Os títulos e a respectiva provisão possuem a seguinte composição:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Duplicatas a receber	Provisão de perdas	Duplicatas a receber	Provisão de perdas
A vencer	246.066	(25)	243.423	(20)
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	12.659	(44)	8.789	(31)
De 31 a 60 dias	7.148	(173)	4.822	(80)
De 61 a 90 dias	5.178	(310)	4.329	(174)
De 91 a 180 dias	9.393	(983)	3.299	(786)
Acima de 181 dias	16.135	(16.135)	13.500	(13.500)
	296.579	(17.670)	278.162	(14.591)

A Companhia e suas controladas constituem a PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas. A Companhia e suas controladas também constituem provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas ser diluída. A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(14.591)	(14.393)
Adição de provisão	(8.629)	(5.927)
Utilização/reversão	5.550	5.729
Saldo final	(17.670)	(14.591)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições retidos na fonte	4.170	2.508	21.099	24.726
PIS e COFINS	—	—	4.112	416
ICMS	—	—	66	66
Outros (a)	—	—	6.506	8.222
Total	4.170	2.508	31.783	33.430

(a) Corresponde substancialmente a saldo a recuperar da lei de promoção de software em 31/12/2023 no valor de R\$ 6.472 (R\$ 8.198 em 31/12/2022) da empresa Napse.

9. PARTES RELACIONADAS

Credor	Tipo de operação	Taxa de juros	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Neostore Desenvolvimento de Programas de Computador S.A. ("Neomode")	Mútuo	100% da CDI	1.444	1.266
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")	Nota de débito	—	496	718
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Nota de débito	—	24	45
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. ("Vitta Tecnologia")	Nota de débito	—	9	—
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("TAG")	Nota de débito	—	8	11
Vitta Corretora de Seguros ("Grupo Vitta")	Nota de débito	—	5	2
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	Nota de débito	—	2	3
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito	—	1	3
Stone Franchising Ltda. ("Franchising")	Nota de débito	—	1	1
Cappta S.A. ("Cappta") (a)	Nota de débito	—	—	75
STNE Par	Nota de débito	—	—	2
Equals S.A. ("Equals") (b)	Nota de débito	—	—	869
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	Nota de débito	—	—	1.221
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Nota de débito	—	—	15
MNLT S.A. ("MNLT")	Nota de débito	—	—	207
Total de contas a receber			1.990	4.437

Credor	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
MNLT	Nota de débito	34	11	1.840	406
Stone Pagamentos	Nota de débito	27	28	1.438	315
STNE Par	Nota de débito	—	—	618	106
Stone SCD	Nota de débito	—	—	28	—
Stone Log	Nota de débito	—	—	11	179
Equals (b)	Nota de débito	—	—	—	1.069
Pagar.me	Nota de débito	—	—	—	43
Linx Sistemas	Nota de débito	—	30	—	—
Vitta Tecnologia	Nota de débito	—	—	—	23
Total de contas a pagar		61	69	3.935	2.141

(a) Em 30/06/2023, o Grupo StoneCo realizou uma reorganização de negócios envolvendo a antiga subsidiária Cappta, que realizava as atividades de fornecimento de soluções tecnológicas para pagamentos parcelados e em soluções tecnológicas para transferências eletrônicas até esta data. A STNE PAR detinha participação societária na Cappta de 59,6%. Como resultado desta reorganização, a STNE PAR deixou de possuir investimento na Cappta e passou a deter 100% de participação na STEF S.A., realizando apenas as atividades de soluções tecnológicas para transferências eletrônicas. (b) Em 02/10/2023, a Equals foi incorporada pela STNE Par, conforme estratégia do Grupo StoneCo para reorganização societária. **9.1. Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração (6 administradores em 2023 e 12 administradores em 2022), relativa aos períodos findos em 31/12/2023 e 2022 são resumidas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamento de Pró-Labore	33.051	13.458
Pagamentos com base em ações	15.040	6.211
	48.091	19.669

9.2. Resultado: No exercício findo em 31/12/2023, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 7.796 (R\$ 17.423 em 31/12/2022) e receitas financeiras referentes a juros de empréstimos e prestação de serviços no período R\$ 1.057 (despesas de R\$ 2.431 em 31/12/2022).

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas (a)	—	38	35.686	26.165
Adiantamento para fornecedores	—	41	8.776	6.185
Mútuos conversíveis	—	—	5.101	1.929
Retenções para contingências - adquiridas (b)	—	—	4.020	18.256
Adiantamento a funcionários e férias	—	—	3.703	3.137
Depósitos judiciais	14	—	3.490	—
Reembolsos com parceiros (c)	—	—	332	915
Juros sobre capital próprio	—	1.262	—	—
Outros (d)	107	63	5.075	6.957
	121	1.404	66.183	63.544
Ativo circulante	108	1.360	42.044	32.983
Ativo não circulante	13	44	24.139	30.561

(a) Refere-se substancialmente a despesas com serviços de cloud. (b) Refere-se as parcelas contingentes das empresas Chaordic, CNP, CSI, Itec Informática, DCG, Direção, Mercadapp, Humanus, Napse, Millennium, Neemo, Neemu, Seta Digital, Shopback, Plugtto, Único e Hiper, conforme contratos de aquisições. (c) Refere-se a reembolsos de parceiros na operação de subadiquirência da Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. (d) Esses valores incluem outras contas a receber e depósitos em garantia da Napse no montante de R\$ 4.182 (R\$ 3.682 em 31/12/2022).

11. INVESTIMENTOS

11.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada da Companhia são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos das coligadas e controladas desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das coligadas e controladas. Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas é apresentada como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, a Companhia determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada ou perda de influência significativa sobre uma coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

11.2. Investimentos em controladas diretas:

	Linx Sistemas	Linx Telecomunicações	Total
Participação	91,53%	100,00%	—
Saldos em 31/12/2021	1.287.085	24.040	1.311.125
Equivalência patrimonial	(12.920)	11.779	(1.141)
Aumento de capital	140.630	—	140.630
Juros sobre capital próprio	—	(1.484)	(1.484)
Dividendos	—	(3.500)	(3.500)
Ajuste de conversão acumulado	(4.828)	—	(4.828)
Mudança participação devido a cisões	5.800	—	5.800
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	5.262	—	5.262
Plano de outorga de ações	6.803	—	6.803
Saldos em 31/12/2022	1.427.832	30.835	1.458.667
Equivalência patrimonial	13.245	5.042	18.287
Aumento de capital	6.500	—	6.500
Dividendos	—	(6.500)	(6.500)
Ajuste de conversão acumulado	(8.241)	—	(8.241)
Mudança participação devido a cisões	6.094	—	6.094
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	4.281	—	4.281
Plano de outorga de ações	13.854	—	13.854
Saldos em 31/12/2023	1.463.565	29.377	1.492.942

11.3. Investimentos em coligadas:

	Neomode
Equivalência patrimonial	(1.467)
Aquisição de negócios	6.958
Saldos em 31/12/2022	5.491
Equivalência patrimonial	(251)
Saldos em 31/12/2023	5.240

11.4. Informações de controladas diretas:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Controladas diretas						
Linx Sistemas	335.737	1.650.644	210.951	175.964	1.599.466	14.359
Linx Telecom	26.901	20.572	18.592	(496)	29.377	5.041
Controladas indiretas						
Linx Pay	9.539	112.472	13.520	2.537	105.954	(12.697)
Napse Group	21.467	20.778	28.231	1.212	12.802	(2.635)
Hiper	1.296	9.237	4.380	891	5.262	(2.748)
Esmeralda (a)	32.032	9.284	9.775	—	31.541	6.481
Safira (a)	1.253	295	173	—	1.375	(207)
Ametista (a)	1.581	87	232	—	1.436	(250)
Diamante (a)	6.465	4	1.878	—	4.591	1.076
Coligadas						
Neomode	3.170	2.530	7.777	2.726	(4.803)	(627)

(a) Em 07/02/2024 a Companhia vendeu a totalidade das ações detidas no Grupo PinPag (Nota 29).

12. IMOBILIZADO

12.1. Políticas contábeis: **12.1.1. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **12.1.2. Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **12.1.3. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **12.2. Composição dos saldos:** A tabela a seguir apresenta as vidas úteis estimadas em 31/12/2023:

	Vida útil estimada (anos)				
	Pin Pads e POS	Equipamentos de informática	Instalações	Imóveis	Máquinas e equipamentos
	5	3-5	5-25	25	5-10
					5-10
					2-5

	31/12/2022	Adições	Baixas	IAS 29	IAS 21	31/12/2023
Pin Pad e POS	7.236	1.762	(7.730)	—	—	1.268
Equipamentos de informática	113.507	18.103	(12.371)	165	(125)	119.279
Instalações	67.141	1.497	(660)	(68)	(469)	67.441
Máquinas e aparelhos e equipamentos	19.007					

Continuação... LINX S/A

	31/12/2022	Adições	Baixas	IAS 29	IAS 21	31/12/2023
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(11.210)	(2.350)	1.972	—	500	(11.088)
Móveis e utensílios	(4.363)	(747)	35	—	12	(5.063)
Veículos	(472)	(49)	1	—	41	(479)
Direito de uso - Imóveis	(40.627)	(10.511)	14.415	—	467	(36.256)
Depreciação acumulada	(174.775)	(36.403)	36.699	—	1.311	(173.168)
Imobilizado de uso	129.567	(9.279)	(13.969)	(17)	(2.866)	103.436

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	IAS 29	IAS 21	Incorpora-ções (a)	31/12/2022
Pin Pad e POS	—	—	(271)	7.507	—	—	—	7.236
Equipamentos de informática	129.532	11.477	(4.323)	(23.165)	—	(14)	—	113.507
Instalações	47.659	4.012	(13)	16.096	(284)	(345)	16	67.141
Máquinas e aparelhos e equipamentos	24.386	726	(5.818)	—	170	(538)	81	19.007
Móveis e utensílios	9.541	269	(1.071)	—	2	(22)	—	8.719
Imobilizado em andamento	2.563	180	—	—	—	—	—	2.743
Veículos	910	354	(221)	(438)	79	(109)	—	575
Direito de uso - Imóveis	109.821	6.109	(29.994)	—	—	(522)	—	85.414
Custo	324.412	23.127	(41.711)	—	(33)	(1.550)	97	304.342

(a) Referem-se aos saldos de imobilizado das empresas Mercadapp e Plugg.to incorporados no exercício 2022. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia e suas controladas, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31/12/2023, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31/12/2023, não foram identificadas perdas ou indicadores de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação (as premissas utilizadas estão divulgadas na Nota 13.1).

13. INTANGÍVEL

13.1. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras consolidadas. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **13.1.1. Ágio:** O custo do ágio é contabilizado pelo método de aquisição ao valor justo e o teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. **13.1.2. Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **13.1.3. Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos ativos intangíveis em 31/12/2022 são demonstradas a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Softwares	2-10
Relacionamento com clientes	2-20
Marcas e patentes	20
Acordo de não-competição	5
Licença de uso	3-5

A Companhia avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos intangíveis e verificou uma mudança no padrão de consumo de determinados softwares gerados internamente, ajustando a vida útil desses ativos de 3 anos para 4 ou 10 anos, dependendo das características da tecnologia. O efeito da referida alteração foi tratado como uma alteração de estimativa de acordo com o CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme requerido pelo CPC 04 / IAS 38 – Ativo Intangível. Consequentemente, a mudança deve ser aplicada prospectivamente. A alteração resultou em uma redução de R\$ 28.783 na despesa de amortização na demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31/12/2022. **13.1.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. **13.1.5. Passivos de arrendamento - companhia e suas controladas como arrendatárias:** **13.1.5.1. Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamentos pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em espécie) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Companhia e suas controladas, e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Companhia e suas controladas que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Companhia e suas controladas usam a taxa de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamentos de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. A companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **13.1.5.2. Ativo de direito de uso:** A Companhia

e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obtenham a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período mais curto entre a vida útil estimada e o prazo do arrendamento. **13.2. Composição dos saldos:** As movimentações nos saldos do ativo intangível estão descritas a seguir:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transfe-rências	IAS 29	IAS 21	Cisão (a)	31/12/2023
Ágio	851.485	—	—	—	—	—	66.201	917.686
Relacionamento com o cliente	234.837	6.285	(1.014)	—	—	—	12.584	252.692
Marcas e patentes	59.184	—	(1.129)	—	—	—	6.632	64.687
Software	650.549	159.266	(369)	170.464	682	(8.884)	7.964	979.672
Licença de uso	175.231	—	(4.767)	(170.464)	—	—	—	—
Ativos de direito de uso - Software	997	—	(11)	—	—	—	—	986
Custo	1.972.283	165.551	(7.290)	—	682	(8.884)	93.381	2.215.723
Relacionamento com o cliente	(143.878)	(28.197)	788	(3.038)	—	—	—	(174.325)
Marcas e patentes	(14.926)	(2.362)	1.125	—	—	—	—	(16.163)
Software	(521.455)	(46.974)	5.744	47.708	—	4.677	—	(510.300)
Licença de uso	44.670	—	(44.670)	—	—	—	—	—
Ativos de direito de uso - Software	—	(521)	—	—	—	—	—	(521)
Amortização	(635.589)	(78.054)	7.657	—	—	4.677	—	(701.309)
Intangível em uso	1.336.694	87.497	367	—	682	(4.207)	93.381	1.514.414

(a) Referem-se aos saldos de imobilizado da empresa Sponte, conforme laudo de cisão parcial da STNC PAR do investimento na Sponte.

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	IAS 29	IAS 21	Combina-ção de Negócios	Cisões	31/12/2022
Ágio	800.278	24.828	(24.827)	—	—	—	24.598	2.988	851.485
Relacionamento com o cliente	217.055	15.742	—	—	—	(3.037)	2.089	2.988	234.837
Marcas e patentes	58.043	—	—	—	—	1.141	—	—	59.184
Software	254.953	122.188	(33.276)	251.354	1.343	(1.056)	34.141	20.902	650.549
Licença de uso	430.062	—	(254.831)	—	—	—	—	—	175.231
Ativos de direito de uso - Software	—	1.238	(241)	—	—	—	—	—	997
Custo	1.760.391	163.996	(58.344)	(3.477)	1.343	(2.952)	60.828	50.498	1.972.283
Relacionamento com o cliente	(123.252)	(19.987)	—	—	—	—	—	(639)	(143.878)
Marcas e patentes	(11.277)	(3.649)	—	—	—	—	—	—	(14.926)
Software	(286.467)	(55.400)	14.548	(193.616)	—	—	—	(520)	(521.455)
Licença de uso	(152.423)	—	(197.093)	—	—	—	—	—	(44.670)
Amortização	(573.419)	(79.036)	14.548	3.477	—	—	—	(1.159)	(635.589)
Intangível em uso	1.186.972	84.960	(43.796)	—	1.343	(2.952)	60.828	49.339	1.336.694

(a) Referem-se aos saldos de intangível das empresas MAV Participações, Nodis e Clinicweb cindidos no exercício 2022. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia e suas controladas, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31/12/2023, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31/12/2023, não foram identificadas perdas ou indicadores de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação (as premissas utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.1). **13.3. Teste de redução ao valor recuperável de ativos:** Em 31/12/2023 e 2022, não havia indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida definida. A Companhia possui registrado saldos de ativos intangíveis referente a ágio e ativos intangíveis de vida indefinida. Estes saldos, sujeitos ao teste de recuperabilidade de ativos, foram testados pela StoneCo (controladora final da Companhia) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio, em duas UGCs denominadas "Empresas de soluções de software" e "Pinpag" na qual os saldos da Companhia foram alocados, conforme segue:

UGC	Descrição	Ágio alocado (em 31/10/2023)	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado (em 31/10/2023)
Empresas de soluções de software	Inclui as empresas de tecnologia do Grupo Linx que visam oferecer aos seus clientes serviços relacionados à plataforma de tecnologia do Grupo.	877.597	45.958
Pinpag	Esta UGC é composta apenas pela Pinpag, empresa provedora de soluções financeiras em meios eletrônicos de pagamento. Devido à independência das demais empresas do Grupo, o Grupo considera a Pinpag como uma UGC separada.	40.089	2.962

A Companhia realizou seu teste anual de redução ao valor recuperável em 31/10/2023 (2022 – 30 de novembro), o qual não resultou na necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil de ambas as UGCs. A partir de 2023, a Companhia alterou a data do teste anual obrigatório de redução ao valor recuperável para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida de 30 de novembro para 31 de outubro, a fim de melhor alinhar a data com o momento do ciclo de orçamento e previsão financeira da Companhia e para permitir mais tempo a partir da data do teste até a data de aprovação das demonstrações financeiras. O valor recuperável das UGCs da Companhia em 31/10/2023 e 30/11/2022 foi determinado com base no cálculo do valor em uso considerando projeções de fluxo de caixa de orçamentos financeiros aprovados pela diretoria da Companhia, cobrindo um período de 5 anos em 2023 e 2022. As principais premissas consideradas no cálculo do valor em uso foram as seguintes: • Fluxo de caixa livre para o patrimônio para o período previsto de 5 anos. • Taxa média de crescimento anual do fluxo de caixa livre durante o período de projeções de 5 anos, com base no desempenho passado e nas expectativas da administração sobre o desenvolvimento do mercado e nas tendências atuais do setor, incluindo previsões de inflação de longo prazo. • Considerada uma taxa de desconto antes dos impostos aplicada para descontar fluxos de caixa futuros entre 11,7% e 13,8% (2022 – 12,2% e 14,4%), com base na taxa de juros de longo prazo, prêmio de risco país, beta ajustado da indústria e outras variáveis. • Considerada uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6,0% (2022 – 6,0%), com base na inflação local de longo prazo e no crescimento real. Foi realizada uma análise de sensibilidade do teste de redução ao valor recuperável de ativos considerando quatro cenários independentes de deterioração das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, quais sejam: (i) redução de 10 pontos percentuais no crescimento médio anual do fluxo de caixa livre ao longo do período projetado de cinco anos; (ii) aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto antes de impostos; (iii) redução de 0,5 ponto percentual na taxa de perpetuidade aplicada após o último ano de fluxo de caixa livre projetado; e (iv) redução de 10% no valor das sinergias esperadas entre empresas do segmento financeiro controlado pelo grupo econômico controlado pela StoneCo (controladora final da Companhia) e o segmento software. A análise de sensibilidade resultaria em perda por redução ao valor recuperável dos ativos da UGC na qual a Companhia foi alocada no cenário (iii) conforme descrito a seguir. O valor recuperável da UGC na qual a Companhia foi alocada excede seu valor contábil em R\$ 1.086.957. O Grupo reconheceria uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 193.551 sobre o ágio alocado a esta UGC caso a taxa de desconto antes dos impostos aumentasse de 11,73% para 12,73%. Uma taxa de desconto antes de impostos de até 12,56% seria não resulte em perda por redução ao valor recuperável. **13.4. Desenvolvimento de software:** A atividade da controlada Linx Sistemas, pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços. No exercício findo em 31/12/2023, foi reconhecido no resultado do montante de R\$ — (R\$ 159.818 em 31/12/2022) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, referente à pesquisa e manutenção de software desenvolvido.

14. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	37.388	36.417
Provisões diversas	52.413	36.850
Provisões dedutíveis	3.480	4.889
Total	93.281	78.156

15. ARRENDAMENTO A PAGAR

	Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento de propriedade	105.1% - 151.8% do CDI	32.215	52.419
Arrendamento de equipamentos	105.1% - 151.8% do CDI	517	592
		32.732	53.011
Passivo circulante		5.811	10.341
Passivo não circulante		26.921	42.670

As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	Arrendamento de propriedade	Arrendamento de equipamentos	Total dos passivos de atividades de financiamento
Saldo em 31/12/2021	89.000	659	89.659
Adição	3.837	—	3.837
Baixas	(26.539)	—	(26.539)
Pagamentos	(19.676)	(132)	(19.808)
Atualização de juros	5.573	65	5.638
Variação cambial	224	—	224
Saldo em 31/12/2022	52.419	592	53.011
Adição	4.240	—	4.240
Baixas	(14.184)	—	(14.184)
Pagamentos	(14.377)	(135)	(14.512)
Atualização de juros	3.780	60	3.840
Variação cambial	337	—	337
Saldo em 31/12/2023	32.215	517	32.732

Em 31/12/2023, os arrendamentos possuem prazo médio de pagamento de 3,1 anos (31/12/2022 – 2,7 anos). Os pagamentos

Continua...



Continuação... **LINX S/A**

futuros e o valor presente dos pagamentos de arrendamento a pagar são apresentados a seguir:

Período	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	—	16.593
2024	12.300	11.586
2025	11.389	10.640
2026	10.499	10.423
2027	10.340	10.326
2028	10.340	10.326
2029	656	656
Pagamento de arrendamento	55.524	70.550
Encargos financeiros	(22.792)	(17.539)
Valor presente dos pagamentos de arrendamento	32.732	53.011

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Período	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão férias, 13º salário e encargos	51.860	43.926
Provisão participação lucros e resultados	16.072	27.310
INSS a recolher	9.391	10.034
Salários a pagar	9.163	5.821
FGTS a pagar	3.578	3.600
Outros (a)	5.102	7.044
Total	95.166	97.735
Passivo circulante	93.376	94.943
Passivo não circulante	1.790	2.792

(a) Corresponde substancialmente a provisão de horas extras e encargos sociais Napse.

17. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

Período	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas não sujeitas à atualização (a)	10.174	36.242
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação cambial	—	5
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	583	1.310
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	17.784	24.303
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	(1)	12.617
Ajuste a valor presente (b)	(554)	(2.627)
Total	27.986	71.850
Passivo circulante	21.995	58.036
Passivo não circulante	5.991	13.814

(a) Valores referentes as parcelas contratuais fixas mensais e as estimativas dos earn-outs (revisado anualmente). (b) Valores referentes ao AVP sobre as parcelas contratuais fixas mensais e earn-outs. O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Período	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	—	8.099
2025	5.991	5.715
Total	5.991	13.814

Do total a pagar em 31/12/2023, R\$26.924 é relacionado a contraprestação contingente (R\$ 63.778 em 31/12/2022). A Companhia e suas controladas esperam liquidar integralmente os valores relativos as contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da contraprestação contingente é classificada como nível 3 (Nota 27.8). A movimentação no consolidado está demonstrada a seguir:

Período	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	—	8.099
2025	5.991	5.715
Total	5.991	13.814

Do total a pagar em 31/12/2023, R\$26.924 é relacionado a contraprestação contingente (R\$ 63.778 em 31/12/2022). A Companhia e suas controladas esperam liquidar integralmente os valores relativos as contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da contraprestação contingente é classificada como nível 3 (Nota 27.8). A movimentação no consolidado está demonstrada a seguir:

Período	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	71.850	57.789
Adição por aquisição	—	50.446
Pagamentos de principal/encargos financeiros pagos	(23.967)	(46.214)
Compensação (a)	(12.053)	—
Atualização encargos financeiros/Ajuste a valor presente	3.601	1.747
Contingências (b)	(260)	1.512
Earn-Out (c)	(11.185)	6.570
Saldo final	27.986	71.850

(a) Valor refere-se a compensação de contas a pagar e receber entre a Direção e a Empresa. (b) Valores de contingências oriundos das empresas adquiridas, compensados dos valores que a Companhia e suas controladas tem a pagar com os vendedores. (c) Em 2023 o saldo ficou invertido pois durante o ano houve pagamentos de metas financeiras e operacionais, bem como baixa das metas não atingidas das empresas adquiridas Mercadapp, Millenium, Neemo e Pluggto.

18. RECEITA DIFERIDA

18.1. Políticas contábeis: Valores recebidos de clientes relativos a serviços prometidos, mas ainda não prestados, são reconhecidos como receita diferida (passivo) no balanço patrimonial. O passivo é baixado em contrapartida à receita à medida que os serviços prometidos são executados.

18.2. Composição dos saldos:

Período	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita serviços (a)	14.603	14.524
Receita de royalties (b)	1.028	3.288
Total	15.631	17.812
Passivo circulante	15.310	16.143
Passivo não circulante	321	1.669

(a) Refere-se a horas contratadas pelos clientes para prestação de serviço, o reconhecimento é feito após a prestação de serviço e baixa da ficha de atendimento. (b) Refere-se aos saldos do diferimento dos contratos de software (Royalties) decorrentes da adoção inicial do CPC 47 e movimentações subsequentes.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1. Políticas contábeis: **19.1.1. Imposto de renda e contribuição social:** **19.1.1.1. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável. A alíquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada). A Companhia e suas controladas reconhecem o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30% do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados. Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano. **19.1.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferido:** O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia e suas controladas gerem lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia e suas controladas que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia e suas controladas apresentam estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida. A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensações quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida. **19.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	23.021	(2.863)	51.327	17.610
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(7.827)	973	(17.451)	(5.987)
Diferenças permanentes				
Impostos diferidos não reconhecidos	(26)	(1.361)	(7.847)	—
Lei nº 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e desenvolvimento)	—	—	4.960	7.931
Resultado de equivalência patrimonial	6.326	388	176	—
Resultado de participações não controladoras	—	—	—	(60)
Outras diferenças líquidas	740	—	(8.240)	(22.533)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(787)	—	(28.402)	(20.649)
Alíquota efetiva	3%	—%	55%	117%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(787)	—	(8.152)	(7.018)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	(20.250)	(13.631)
Total	(787)	—	(28.402)	(20.649)

19.3. Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

Período	Consolidado		Reconhecimento em contrapartida ao resultado	
	31/12/2022	Cisão (a)	31/12/2022	31/12/2023
Prejuízo fiscal / Base Negativa	72.857	—	(6.002)	66.855
Diferenças temporárias	40.093	—	7.901	47.994
Ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios	(216.648)	(9.024)	(22.149)	(247.821)
Tributos diferidos, líquidos	(103.698)	(9.024)	(20.250)	(132.972)

Período	Consolidado		Reconhecimento em contrapartida ao resultado	
	31/12/2021	Cisão (a)	31/12/2021	31/12/2022
Prejuízo fiscal / Base Negativa	72.857	—	—	72.857
Diferenças temporárias	29.337	—	(1.563)	12.319
Ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios	(177.823)	(12.875)	—	(25.950)
Tributos diferidos, líquidos	(75.629)	(12.875)	(1.563)	(103.698)

(a) Referem-se aos saldos de intangível das empresas MAV Participações, Nodis e Clinicweb cindidos no exercício 2022.

20. Outros passivos

Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar aquisição carteira de clientes	—	—	6.508	7.938
Antecipações de clientes	26	26	8.626	10.962
Benefício pós emprego	—	—	1.619	1.619
Parcelamento de Impostos e contribuições	—	—	—	85
Non-compet	—	—	3.915	2.240
Outros (a)	28	26	1.228	4.431
Total	54	52	21.896	27.275
Passivo circulante	54	52	17.832	21.375
Passivo não circulante	—	—	4.064	5.900

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social: O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Em 1º de julho de 2021, a Linx S.A. se tornou uma subsidiária integral da STNE Par, uma companhia do Grupo StoneCo, em razão da incorporação, pela STNE Par, da totalidade das ações de emissão da Linx S.A. ("Incorporação"). Em 28/04/2022, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 137.130 que passou de R\$ 645.447 para R\$ 782.577 mediante a emissão de 137.130.000 novas ações. O capital social é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e está dividido da seguinte forma:

Período	2023		2022	
	Ações	%	Ações	%
31/12/2023	326.539	100%	326.539	100%
Total	326.539	100%	326.539	100%

STNE Participações S.A.

21.2. Reservas de capital: A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

Período	31/12/2023		31/12/2022	
	Ágio na subscrição de capital (a)	Pagamento baseado em ações	Mudança participação relativa controladas	Total
31/12/2023	870.583	13.854	6.095	890.532
31/12/2022	857.976	6.771	5.836	870.583

(a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital. Em 26/06/2019 com base na oferta global de ações foi verificado o ágio na subscrição de capital de R\$ 682.454. **21.3 Reserva de lucros:** **21.3.1 Reservas legais:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31/12/2023 e 2022 o saldo totalizado foi de R\$ 7.037, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas legais, acrescidas das reservas de capital excederam o percentual de 30% do capital social. **21.4. Outros resultados abrangentes:** Outros Resultados Abrangentes ("ORA"), representa os lucros ou prejuízos não relacionados na demonstração de resultados sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isso inclui transações e operações da Companhia que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. O quadro apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 31/12/2023 e 2022:

Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	—	—	—	—
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	(19.365)	(11.223)	(19.960)	(11.223)
Adoção Inicial a Normas Contábeis	(39.557)	(39.557)	(39.557)	(39.557)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	—	—	—	—
Efeito da aplicação da hiperinflação	22.167	17.886	22.760	17.886
Total	(36.755)	(32.894)	(36.757)	(32.894)

20.5 Dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas tem direito de receber como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) Importância destinada à constituição de reserva legal; b) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; c) Importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não apurou dividendos mínimos obrigatórios em virtude de compensação de prejuízos acumulados. **22. Provisão para contingências:** **22.1. Políticas contábeis:** Algumas entidades da Companhia são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, os quais estão sendo tratados nas esferas administrativa e judicial. Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com confiabilidade. Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de o tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **22.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** Em março de 2023, a Linx S.A. atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios cíveis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes. A partir disso, a Companhia passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costumava desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira de processos. Após alguns meses de implementação do primeiro cenário, em dezembro de 2023, a Companhia reanalisou sua política de contingência com o objetivo de aumentar a precisão das estimativas de resultados. Para isso, a Companhia estipulou um target baseado no histórico de condenações da carteira de processos dos últimos 12 meses. O target estipulado foi aplicado em toda a base de processos, respeitadas as exceções previstas em política, como medida para garantir e simplificar o procedimento de contingência. Assim como ocorreu em março de 2023, esse ajuste foi possibilitado pela maturação da carteira contenciosa. • Provisões trabalhistas e cíveis – Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão da Companhia respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. • Provisões fiscais – Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos. **22.3. Composição dos saldos:** A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31/12/2023, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R\$ 10.430 (R\$ 24.338 em 31/12/2022).

Movimentação

Período	Trabalhista		Cível		Tributário		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 31/12/2021	8.318	2.332	11.841	22.491				
Adições	11.161	2.833	5	13.999				
Baixas	(4.534)	(2.919)	(6.151)	(13.604)				
Atualizações	294	246	912	1.452				
em 31/12/2022	15.239	2.492	6.607	24.338				
Adições	4.617	4.072	8.400	17.089				
Baixas	(15.559)	(1.939)	(7.599)	(25.097)				
Atualizações	676	525	472	1.673				
Pagamentos	(206)	(1.858)	(5.509)	(7.573)				
em 31/12/2023	4.767	3.292						

Continuação... LINX S/A

garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

23. RECEITAS

23.1. Políticas contábeis: A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que é a principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: 1. identificação dos contratos com o cliente; 2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3. determinação do preço da transação; 4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5. reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas provenientes de contratos com clientes da Companhia é apresentada a seguir: • **Receitas de assinaturas:** São receitas recorrentes oriundas de: (a) receitas recorrentes de assinaturas relacionadas a soluções como automação de negócios, serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software, e receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento e serviço de hospedagem de "software"; e (b) serviços não recorrentes, como implementação, personalização, treinamento e outros serviços. Os serviços de assinatura da Companhia geralmente consistem em serviços vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Estes serviços de assinatura podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços fornecidos. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa fixa mensal, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida em que os serviços de uma obrigação de uma obrigação de desempenho combinada são transferidas para o cliente (ao longo do prazo da transação relacionada e acordado em contrato). **23.1.1. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho:** Os contratos da Companhia com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas (e.g. setup e receitas de assinatura em um mesmo contrato). Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas. **23.2. Composição dos saldos:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional		
Receita recorrente	1.221.792	1.153.691
Receita não recorrente	138.786	150.524
(-) Impostos sobre vendas	(133.046)	(136.944)
(-) Cancelamentos e abatimentos	(37.014)	(32.356)
Total	1.190.518	1.134.915

A Companhia e suas controladas não possuem clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022.

24. CUSTO DO SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Ativo transferido	(36)	(46)
Depreciação e amortização	(31.959)	(36.042)
Pessoal	(332.220)	(328.199)
Propaganda e publicidade	(6.696)	(2.060)
Serviços de terceiros	(88.685)	(77.348)
Viagens e estadias	(1.321)	(2.966)
Despesa com link	(103.424)	(112.930)
Perdas Eventuais	(7.077)	(7.916)
Outros	(1.716)	(689)
Total	(573.134)	(568.196)

25. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Natureza				
Outras receitas	3.711	—	5.193	6.457
Despesas com Informática	—	—	(1.969)	(3.741)
Viagens e estadias	—	—	(4.384)	(5.606)
Aluguéis	—	—	(11.302)	(7.371)
Manutenção e conservação	—	—	(10.746)	(15.174)
Perdas eventuais	—	—	4.263	6.125
Despesas com link	—	—	(1.191)	—
Propaganda e publicidade	(8)	(67)	(27.135)	(20.585)
Serviços de terceiros	(563)	(2.328)	(52.232)	(63.116)
Depreciação e amortização	—	—	(81.614)	(83.941)
Comissões	—	—	(99.341)	(78.256)
Pessoal	(378)	(235)	(243.098)	(235.762)
Outros	(174)	(119)	(18.467)	(28.875)
Total	2.588	(2.749)	(542.023)	(529.845)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Função				
Despesa com vendas	—	—	(277.183)	(237.559)
Administrativas e gerais	(998)	(2.709)	(275.630)	(269.017)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.586	(40)	10.790	(23.270)
Total	2.588	(2.749)	(542.023)	(529.846)

26. RESULTADO FINANCEIRO

26.1. Políticas contábeis: Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial, atualização monetária de contingências e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

26.2. Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	748	616	12.117	18.038
Juros ativos	—	—	3.555	3.250
Efeito aplicação IAS 29	—	—	1.484	1.471
Variação cambial	—	11	—	4.402
Desconto obtidos	—	46	579	2.032
Receita antecipação de recebíveis	—	—	—	54
Outras receitas	—	407	890	3.277
Total	748	1.080	18.625	32.524
Despesas financeiras				
Desconto concedidos	1.406	—	(24.349)	(24.254)
Juros passivos	—	—	(7.100)	(2.651)
Variação cambial	(10)	(15)	(2.337)	(6.827)
Efeito de aplicação IAS 29	—	—	(2.156)	(598)
Impostos sobre operações financeiras	—	—	(291)	(1.291)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	—	—	(55)	(69)
Outras despesas	2	(38)	(6.120)	(14.630)
Total	1.398	(53)	(42.408)	(50.320)
Total	2.146	1.027	(23.783)	(17.796)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Políticas contábeis: **27.1.2. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Companhia mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

27.1.2. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **27.2. Ativos financeiros:** **27.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado

o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. **27.2.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **27.2.2.1 Ativos financeiros ao custo amortizado:** Esta categoria é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber. **27.2.2.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia e suas controladas não tenham classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **27.2.3. Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia e suas controladas nem transferem nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferem o controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasses, elas avaliam se, e em quais medidas, retêm os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferem nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferem o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **27.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabelecem uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **27.3. Passivos financeiros:** **27.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem: Fornecedores, contas a pagar estabelecimentos comerciais, contas a pagar aquisição de controladas, arrendamento a pagar e outros passivos. **27.3.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a contas a fornecedores e passivo de arrendamento. **27.3.2.2. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Contas a pagar aquisição controladas. **27.3.3. Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

27.4. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. **27.4.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia e suas controladas possuem uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente não representa 10% da receita recorrente. As controladas estabelecem uma provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota 7). A Companhia e suas controladas estabelecem uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Em 31/12/2023, a exposição máxima ao risco de crédito está representada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	7.532	7.316	97.639	143.404
Aplicações financeiras (Nota 6)	4.299	—	5.517	48.149
Contas a receber de clientes (Nota 7)	—	—	278.342	262.411
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	—	—	1.990	4.437
Outros créditos (Nota 10)	121	1.404	66.183	63.544
Total	11.952	8.720	449.671	521.945

27.4.2 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora			
	Até 1 ano	Até 2 ano	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	143	—	—	143
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 9)	61	—	—	61
Dividendos a pagar	396	—	—	396
Outros passivos (Nota 20)	54	—	—	54
Total	654	—	—	654

	Consolidado			
	Até 1 ano	Até 2 ano	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	93.281	—	—	93.281
Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 9)	3.935	—	—	3.935
Arrendamento a pagar (Nota 15)	12.300	11.389	31.835	55.524
Contas a pagar por aquisição de controladas-Earn Outs (Nota 17)	9.299	—	—	9.299
Contas a pagar por aquisição de controladas-Parcelas Retidas (Nota 17)	9.875	2.821	5.990	18.686
Dividendos a pagar	396	—	—	396
Outros passivos (Nota 20)	17.832	4.064	—	21.896
Total	146.918	18.274	37.825	203.017

Continua...



Continuação... LINX S/A

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar. Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **27.4.3 Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, TLP, IPCA, IGPM, CDI e LIBOR e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade na Nota 27.9. **27.4.4 Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. **27.5. Gestão de capital** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. **27.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

	Controladora		Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Passivos financeiros					
Arrendamento a pagar (Nota 15)	—	—	—	—	—
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	—	—	27.986	27.986	71.850
Total	—	—	27.986	27.986	71.850

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 6)	4.299	—	—	—
Outros créditos (Nota 10)	—	120	—	1.404
Total	4.299	120	—	1.404
Passivos financeiros				
Fornecedores	—	143	—	90
Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 9)	—	61	—	69
Dividendos a pagar	—	396	—	—
Outros passivos (Nota 20)	—	54	—	52
Total	—	654	—	211

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 6)	5.517	—	48.149	—
Contas a receber de clientes (Nota 7)	—	278.342	—	262.411
Créditos com partes relacionadas (Nota 9)	—	1.990	—	4.437
Outros créditos (Nota 10)	—	66.184	—	61.615
Total	5.517	346.516	48.149	328.463
Passivos financeiros				
Fornecedores	—	93.281	—	78.156
Contas a pagar estabelecimentos comerciais	—	3.982	—	10.688
Arrendamento a pagar (Nota 15)	—	32.732	—	53.011
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	27.986	—	71.850	—
Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 9)	—	3.935	—	2.141
Dividendos a pagar	—	396	—	386
Outros passivos (Nota 20)	—	21.896	—	27.275
Total	27.986	156.222	71.850	171.657

27.7. Hierarquia de valor justo: O seguinte quadro demonstra a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo em 31/12/2023:

	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)		Dados observáveis significativos (Nível 2)		Dados não observáveis significativos (Nível 3)	
	Total	—	5.517	—	—	—
Ativos mensurados a valor justo						
Aplicações financeiras (Nota 6)	5.517	—	5.517	—	—	—
Passivos mensurados a valor justo						
Arrendamento a pagar (Nota 15)	32.732	—	32.732	—	—	—
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	27.986	—	—	—	27.986	—

Itens mensurados a valor justo em bases recorrentes – Os passivos da Companhia relacionados as combinações de negócios são mensurados ao valor justo com inputs de nível 3. A Companhia determina o valor justo do earn-out e qualquer alteração subsequente no valor justo aplicando abordagem de desconto baseada em probabilidade ponderada. O valor justo do earn-out é avaliado considerando pagamentos que a Companhia espera realizar com base em observações internas históricas. A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31/12/2023 e 2022 para esses ativos. **27.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados a variação da TJLP, TLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas

respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam exposta na data base de 31/12/2023, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2023, que foi de 11,65% (13,65% em 31/12/2022) e este definido como cenário provável; a partir deste, foram de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Consolidado		
			Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	4.299	Diminuição do CDI	11,65 %	8,74 %	5,83 %
Receita financeira	—	—	501	376	251

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam exposta na data de 31/12/2022, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Com base nos valores da TJLP, TLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI, SELIC e LIBOR vigentes em 31/12/2023, disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2023 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data base utilizada para os financiamentos foi 31/12/2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Consolidado		
			Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aquisição de empresas	583	Aumento	68	85	102
Taxa sujeita à variação do CDI	—	—	11,65 %	14,56 %	17,48 %
Aquisição de empresas	17.784	Aumento	822	1.028	1.232
Taxa sujeita à variação do IPCA	—	—	4,62 %	5,78 %	6,93 %

28. PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

A Controladora StoneCo oferece planos de incentivo a longo prazo para os colaboradores de suas controladas, os quais terão direito de receber as ações restritas e de desempenho ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período, sejam elegíveis com base na avaliação de performance e cumpram as condições, se aplicável. Os colaboradores da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Conforme detalhado abaixo, a Companhia possui principalmente dois tipos de instrumentos baseados em ações: Unidades de Ações Restritas ("UAR") e Unidades de Ações de Desempenho ("UAD"). O bônus anual baseado em metas do Grupo é concedido inteiramente por meio de UADs para alguns colaboradores. Os prêmios de reconhecimento especial são geralmente concedidos através de uma combinação de UARs e UADs. Embora a maioria dos direitos adquiridos de UARs esteja condicionada apenas a uma condição temporal, uma pequena parte também é adquirida dependendo de determinadas metas de desempenho no nível da Empresa. Enquanto que todas as aquisições de UADs estão condicionadas às condições de mercado, nomeado Retorno Total ao Acionista ("RTA") medido com base no preço de mercado cotado das ações da StoneCo na data de aquisição. **28.1. Política contábil: 28.1.1. Transações liquidadas com títulos patrimoniais:** O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. As condições de serviço e de desempenho que não são condições de mercado, não são levadas em consideração na determinação do valor justo na data de concessão dos instrumentos, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado estão refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a um instrumento, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição. **28.1.2. Unidades de ações restritas:** Foram concedidas UARs a determinados colaboradores-chave no âmbito do plano de incentivo a longo prazo para incentivar e recompensar esses colaboradores. Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido para fins contábeis e podem ser concedidos como parte do bônus anual de patrimônio e também como prêmios patrimoniais de reconhecimento especial, sujeito e condicionado ao atingimento de certas condições que geralmente são apenas condições de serviço. Supondo que essas condições sejam atendidas, os prêmios serão liquidados por meio de ações ordinárias classe A da controladora StoneCo. Se as condições aplicáveis não forem cumpridas, os prêmios serão perdidos sem qualquer contrapartida. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas possuem valor justo na data de outorga de R\$ 41,29 a R\$ 342,08 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 1 a 5 anos. Em 31/12/2023 não havia UARs a serem emitidas para os beneficiários. **28.1.3. Unidades de ações de desempenho:** As UADs são classificadas como patrimônio líquido para fins contábeis e em sua maioria foi concedida como parte de prêmios especiais de reconhecimento. As UADs conferem aos beneficiários o direito de receber ações caso o Grupo atinja níveis mínimos de retorno total ao acionista ("RTA") por um período específico. Se a condição mínima de desempenho não for atendida, as UADs não serão entregues. O valor justo dos instrumentos é estimado na data de outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que foram concedidos, e a respectiva despesa é reconhecida ao longo do período de aquisição. O número de UADs a serem emitidos é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,10% a 3,12% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 77,3% com base no histórico da StoneCo. Em 31/12/2023 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários. **28.2. Movimentação:** As movimentações ocorridas em 2023 e 2022 de UARs e UADs são apresentadas abaixo:

	UARs		UADs		Total
	Saldo em 31/12/2021	—	—	114.220	
Outorgas	800.689	280.083	—	1.080.772	
Canceladas	(61.066)	—	—	(61.066)	
Saldo em 31/12/2022	853.843	280.083	—	1.133.926	
Outorgas	296.973	—	—	296.973	
Emitidas	(3.012)	—	—	(3.012)	
Canceladas	(2.729)	—	—	(2.729)	
Saldo em 31/12/2023	1.145.075	280.083	—	1.425.158	

O efeito acumulado no período findo em 31/12/2023 é de R\$ 14.188 (R\$ 8.682 em 31/12/2022), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Venda de participação societária na PinPag: Em 07/02/2024, Linx Sistemas e Linx Pay venderam a totalidade das quotas detidas na PinPag. A alienação faz parte do objetivo do grupo de focar na sua operação core de forma a simplificar e fortalecer o negócio.

DIRETORIA

Camila Del Poente CRC - Contadora - 1SP 290887/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da Linx S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Linx S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Linx S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
CRC-2SP034519/O-6

Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora
CRC-1SP241544/O-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Recovery do Brasil Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 05.032.035/0001-26

Table with multiple sections: Balanço Patrimonial em 31 de dezembro, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, and Notas Explicativas. Includes detailed financial data and explanatory text for various items.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

As Tabelas abaixo apresentam os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2022.

Ativo	Controladora			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-
Aplicações financeiras	188.700	-	-	188.700
Total do Ativo	188.700	-	-	188.700

Ativo	Controladora			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-
Aplicações financeiras	189.894	-	-	189.894
Total do Ativo	189.894	-	-	189.894

7. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e Bancos são representados pelas empresas conforme tabela abaixo:

Bancos	Controladora			Total
	Recovers	FC Recovers	Consolidado	
	141	4.018	4.159	4.159
Total	141	4.018	4.159	4.159

8. Ativos financeiros – (a) Aplicação financeira: As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estavam representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), compromissadas e fundos de curto prazo e liquidez imediata ("FCR"), emitidos por banco de primeira linha com vencimento a partir de fevereiro de 2024 até junho de 2028. O saldo de aplicação aqui demonstrados, referem-se às empresas conforme tabela abaixo:

CDB	Controladora			Total
	Recovers	FC Recovers	Consolidado	
	221.787	-	221.787	221.787
Total	221.787	-	221.787	221.787

Em 2022 os valores eram representados conforme tabela abaixo:

CDB	Controladora			Total
	Recovers	FC Recovers	Consolidado	
	188.700	-	188.700	188.700
Fundados liquidez imediata	1.194	1.194	1.194	1.194
Total	188.700	1.194	189.894	189.894

(b) Contas a receber – clientes: São valores a serem recebidos de clientes por serviços prestados e reembolsos por despesas pagas por conta e ordem destes.

Reembolso de despesas	Controladora			Total
	2023	2022	2023	
	15.684	15.602	15.684	15.602
Total	15.684	15.602	15.684	15.602

(c) Outras contas a receber:

Valores a receber em até 12 meses	Controladora			Total
	2023	2022	2023	
	3.028	6.424	3.028	6.425
Valores a receber superior à 12 meses	108	46	108	46
Total	3.137	6.470	3.137	6.471

10. Participações em controladas

Empresas	Saldo em 31/12/2022		Aumento no Valor de Aquisição por Ajuste de Inflação		Resultado de participação no período	Variação cambial – resultado de participação em controladas	Saldo em 31/12/2023
	2023	2022	2023	2022			
FC Recovery	5.294	-	(44.930)	-	779	-	3.960
Total geral	5.294	-	(44.930)	-	779	-	3.960

Empresas

FC Recovery	Saldo em 31/12/2021		Aumento no Valor de Aquisição por Ajuste de Inflação		Resultado de participação no período	Variação cambial – resultado de participação em controladas	Saldo em 31/12/2022
	2023	2022	2023	2022			
	5.605	-	3.727	-	(955)	-	5.294
Total geral	5.605	-	3.727	-	(955)	-	5.294

11 Imobilizado – (a) Imobilizado em uso

Em 1º de janeiro de 2022	Equipamentos de informática			Móveis, utensílios			Benefeitorias			Total			Hiperinflação do Resultado
	Equipamentos de informática	Móveis, utensílios	Instalações	Benefeitorias	Total	Hiperinflação do Resultado	Equipamentos de informática	Móveis, utensílios	Instalações	Benefeitorias	Total	Hiperinflação do Resultado	
	10.018	2.224	-	4.967	17.757	(12.511)	8.969	1.678	-	4.795	15.442	(10.201)	3.980
Depreciação acumulada	(5.939)	(1.728)	(548)	(4.296)	(12.511)	-	(4.890)	(1.187)	-	(4.124)	(10.201)	-	3.960
Saldo contábil líquido	4.079	496	-	671	5.246	-	4.079	491	-	671	5.241	-	3.960

(b) Bens intangíveis

Em 1º de janeiro de 2022	Controladora			Total
	Softwares	Marcas e Patentes	Total	
	20.013	-	20.013	20.013
Amortização acumulada	(5.705)	-	(5.705)	-
Saldo contábil líquido	14.308	-	14.308	14.308

9. Outros ativos – (a) Adiantamentos e antecipações

Despesas antecipadas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bloqueios judiciais	58	-	58	-
Depósitos judiciais	6.976	4.651	7.002	4.680
Adiantamento a fornecedores	216	219	216	219
Adiantamentos a empregados	110	167	110	167
Adiantamentos de despesas	2	2	2	2
Total	9.634	7.917	9.660	7.946

(b) Tributos a compensar e a recuperar

Crédito tributário (Imposto diferido)	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributos a recuperar	3.102	3.385	3.102	3.385
Tributos retidos na fonte	48	-	48	(9)
Total	3.152	3.385	3.152	3.385

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as empresas da Argentina é aplicado a alíquota de 30%. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores para compensação futura são os seguintes:

Ativo de imposto diferido	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo de imposto diferido em até 12 meses	3.102	3.385	3.102	3.385
Ativo de imposto diferido (líquido)	3.102	3.385	3.102	3.385

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

Em 1º de janeiro	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adições (baixas) temporárias de provisão e outros	(283)	(1.650)	(283)	(1.650)
Total	3.102	3.385	3.102	3.385

Ativo de imposto diferido

Ativo de imposto diferido em até 12 meses	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	3.102	3.385	3.102	3.385
Total	3.102	3.385	3.102	3.385

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

Em 1º de janeiro	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Variação cambial	(10)	733	(10)	733
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	36	(595)	36	(595)
Adições (baixas) temporárias de provisão e outros	(309)	(1.788)	(309)	(1.788)
Total	3.102	3.385	3.102	3.385

12. Fornecedores – Os saldos abaixo correspondem a valores referente aquisição de serviços e consumo que serão liquidados até o fim do exercício subsequente:

Fornecedores Nacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	2.062	4.220	2.068	4.220
Total	2.062	4.220	2.068	4.220

13. Outras obrigações

Obrigações trabalhistas e previdenciárias (1)	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	15.583	14.901	15.583	15.335
Obrigações tributárias (2)	7.915	7.033	7.916	7.043
Total	23.498	21.934	23.499	22.378

(1) O saldo refere-se às provisões trabalhistas e encargos referente a folha de pagamento de dezembro. (2) O saldo refere-se a impostos diretos e indiretos que serão recolhidos no mês de janeiro.

14. Outras contas a pagar

Provisões para despesas gerais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	21	162	47	204
Outras empresas ligadas	-	-	-	-
Total	21	162	47	204

15. Contingências passivas – As contingências passivas são compostas conforme abaixo:

Ações Contra (Servicing)	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	(15)	(23)	(15)	(23)
North Pacific	(139)	(115)	(139)	(115)
Creditia	-	-	(30)	-
Total	(154)	(138)	(184)	(138)

A administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes não constitui qualquer provisão no que se refere à atuação fiscal ocorrida em 2011 no valor de R\$ 6.180 – atualizado nesta data R\$ 11.920, visto que, além da opinião de seus assessores jurídicos de que a probabilidade de perda é possível, o cessionário dos créditos cedidos pela Companhia, objeto de tal atuação fiscal, formalmente assumiu todas as responsabilidades financeiras decorrentes dessa contingência. A Companhia possui um processo em andamento julgado como possível referente a exclusão do ISS da base do PIS e COFINS totalizando R\$ 4.868.

16. Dividendos a pagar

Dividendos mínimos obrigatórios	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	12.449	10.497	12.449	10.497
Total	12.449	10.497	12.449	10.497

17. Transações com partes relacionadas – O saldo de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são relativos a receitas e despesas. E estavam assim representadas:

Empresas	Controladora		Consolidado	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Itaú Unibanco S.A.	221.598	25.938	188.509	20.611
Contas a receber	-	-	-	-
I resolve Cia Sec. de Créditos Financeiros S.A.	5.578	52.588	5.620	48.678
Itaú Unibanco S.A.	-	-	570	10.329
Outros	-	-	21	12.066
Total	227.176	78.526	194.129	79.684

18. Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2023 o capital social, suscrito está representado por 24.368.778 ações ordinárias. Conforme estabelece a cláusula 36a do Estatuto Social da Companhia, os acionistas concordam que os dividendos anuais distribuídos pela Companhia sejam de no mínimo 30% do lucro líquido relativo a cada exercício social, após terem sido feitas todas as reservas estatutárias e quaisquer investimentos previstos em qualquer plano de negócios adotado pela Companhia para o exercício social seguinte. Em 2023 e 2022 foi ajustada diretamente ao patrimônio a variação cambial dos investimentos em controladas no exterior, com moeda funcional diferente do real. Em cumprimento a Lei 6.404 Art. 199, em maio/2023 houve a capitalização do excesso da reserva de lucro no valor de R\$ 13.660. Com essa capitalização o capital social da companhia passou a ser R\$ 113.000. **19. Dividendos** – O capital social da Companhia é de R\$ 113.000, sendo destinado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, disposto no Estatuto Social, de 30% do lucro líquido da Controladora. Constatam provisionados R\$ 12.449 relativos aos dividendos mínimos do respectivo exercício social. Em Assembleia Geral de 28 de abril de 2023 foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.497 referente a exercício anterior. Em 31 de outubro de 2023 foi efetuado o pagamento.

20. Receitas líquidas de serviços – Referem-se às receitas oriundas da prestação de serviços de gestão de cobrança das carteiras de créditos nas empresas do Grupo, como segue:

Empresas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recovery Consultoria	134.987	153.917	134.987	153.917
Total	134.987	153.917	134.987	153.917

Em 2023 e 2022, sobre as receitas de serviços no Brasil incidiram PIS, COFINS e ISS. Para as controladas na Argentina incidiu o IIBB. As despesas de tributação estão apresentadas em "receitas líquidas de serviços".

21. Despesas de cobrança – De acordo com contratos de prestação de serviços, a Companhia paga despesas referente a recuperação e cobrança de carteiras de crédito junto às seguintes instituições financeiras. Devido ao encerramento do contrato, houve queda no valor.

Carteira Itaú	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	4	12.033	4	12.033
Total	4	12.033	4	12.033

22. Despesas gerais e administrativas

Remuneração a empregados	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	33.020	36.208	33.495	36.529
Bonificações a empregados	9.813	7.884	9.872	8.063
Encargos sociais	10.368	11.399	10.370	11.409
Despesa com informática	4.630	9.133	4.632	9.137
Benefício a empregados	7.767	8.254	7.821	8.381
Licença de uso	19.073	13.451	19.073	13.454
Aluguel e despesas com imóvel	1.954	1.858	1.976	1.906
Ativo Direito de Uso	(346)	(410)	(346)	(423)
Depreciação e Amortização	5.936	5.721	5.936	5.721
Honorários da diretoria	618	664	626	678
Outras	246	220	246	222
Viagens	165	165	165	165
Despesas com escritório	142	162	145	166
Publicações	22	30	22	30
Despesas Bancárias	3	4	10	16

... continuação

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade

operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador
CRC 1SP 171.089/O-3

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira em lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369 – Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
 a ser realizada em 30 de abril de 2024

Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/2022 ("RCVM 81/22"), convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14h30, de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 1.2. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e 1.3. A proposta da administração acerca da fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. A extinção dos Planos de Opção de Compra de Ações aprovados em (i) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2014; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/09/2018. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância ("Boletim") e todos os demais documentos previstos na RCVM 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados, nesta data, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º (parte) e 23º andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>). **Participação dos acionistas na AGOE:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá se dar: (a) via **Boletim**, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do 1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Allied Tecnologia S.A. e do modelo de Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e/ou (b) via **Plataforma Digital Zoom ("Plataforma Digital")**, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia **28 de abril de 2024 (domingo)** – os seguintes documentos: (i) comprovante ou extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou pela bolsa de valores, demonstrando a titularidade das ações em até 08 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando **pessoa física**: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando **pessoa jurídica**: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprove a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando **fundo de investimento**: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. **Não** será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCVM 81/22. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede social da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarialização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através de plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001. Os Boletins de voto a distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Rafael Patury Carneiro Leão** – Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
 São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 09 de abril de 2024, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Pires, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) a extinção do cargo de Diretor de Operações; (b) a criação dos cargos de Diretor Industrial e Diretor Técnico; (c) a eleição do Diretor Industrial, e a eleição do Diretor Técnico; (d) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e (e) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 28 de março de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Moraes Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Moinho Água Branca S.A.

CNPJ/MF 61.157.723/0001-93 - NIRE 35300041330
Edital de Convocação
 Ficam convocados os senhores acionistas da **Moinho Água Branca S.A.** a participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 15 de abril de 2024, às 12:00 (doze) horas, na sede social, localizada na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 833, sala A, nesta Capital do Estado de São Paulo, a fim de tratarem da seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, se houver, e, (iii) fixar a remuneração dos Diretores para o período compreendido entre o dia 16.04.2024 e a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025. São Paulo, 27 de março de 2024. **Ivan Soldan Salema** - Diretor. (03, 04 e 05/04/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024

A **Hidroviás do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, e dos Pareceres do Comitê de Auditoria não Estatutário e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 5. Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; 6. Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração; e 7. Deliberar sobre a instalação e a fixação do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024; 8. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal; e 9. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Diante da celebração em 22 de março de 2024 de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, HBSA Co-Investimento – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Somerville Investments B.V. (em conjunto os "Vendedores") e, de outro lado, Ultrarap Logística Ltda. ("Compradora"), com a intervenção anuência da sua controladora, Ultrarap Participações S.A., por meio do qual os Vendedores comprometeram-se a transferir à Compradora, a totalidade das 128.369.488 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Vendedores, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas usuais para transações dessa natureza, de acordo com os termos e condições previstos no referido contrato ("Transação"), deliberar, nos termos do Artigo 45, Parágrafo 8º, do Estatuto Social da Companhia, sobre a dispensa, com eficácia sujeita à implementação da Transação, da obrigação da Compradora e/ou de pessoa que, direta ou indiretamente controle, seja controlada por, ou esteja sob controle comum da Compradora ("Afiliação") de realizar uma oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia em razão do atingimento de participação societária relevante na Companhia decorrente da Transação e qualquer aumento de participação subsequente até o atingimento de participação societária igual a 40% do capital social da Companhia, sendo certo que caso a Compradora e/ou suas Afiliações venham a adquirir ou se tornem titulares, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 40% do capital social da Companhia, a Compradora e/ou suas Afiliações, conforme o caso, ficarão obrigadas a realizar a oferta pública de aquisição de ações prevista no Artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, observados todos os termos e condições ali previstos (incluindo em seus respectivos parágrafos), com exceção do percentual de participação relevante, que deverá ser interpretado como "superior a 40%", ao invés de "igual ou superior a 20%". **Informações Gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando todas as orientações detalhadas para participação ("Manual para Participação dos Acionistas"), bem como toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 2. **Participação e votação na Assembleia:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim e do Manual de Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretendem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., até o dia 28 de abril de 2024), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação dos Acionistas. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** 4. **Documentos de representação dos acionistas:** A Companhia dispensará a necessidade de notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. **Informações para participação e votação na Assembleia Geral:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. **Votação por meio de Boletim:** O Boletim poderá ser enviado pelos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual e Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 7. No que se refere à deliberação para eleição dos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. São Paulo, 28 de março de 2024.
Felipe Andrade Pinto – Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 – NIRE 3530058278-1
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada às 15:00 horas do dia 29 de abril de 2024

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), os acionistas da CIP S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob o nº 44.393.564/0001-07 ("Núcleo" ou "Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 15:00 horas, exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), a qual terá como ordem do dia, as seguintes deliberações: **(I) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** a) Reforma Global e Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e b) Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos Comitês estatutários da Companhia, para o exercício de 2024, nos termos do artigo 11, alínea "e" do Estatuto Social. **(II) Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com a aprovação (i) do Relatório da Administração, (ii) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (iii) o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia; b) Proposta da destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; c) Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; d) Eleição dos membros do Conselho de Administração com a fixação do número efetivo da sua composição; e) Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos administradores neste fim. **Orientações gerais:** O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: governanacorporativa@nuclea.com.br, preferencialmente com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter: (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá à Assembleia; (ii) telefone e endereço e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) ("Documentos Necessários"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante o previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Núcleo enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o link (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: governanacorporativa@nuclea.com.br para que seja prestado o suporte necessário. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. **Orientações para o envio de Boletim de Voto a Distância:** Nos termos da IN DREI 81, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto a distância que tenha sido considerado válido nos termos do presente Edital. O boletim de voto a distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão no endereço eletrônico https://www2.nuclea.com.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto a distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deve enviar cópia digitalizada do boletim de voto a distância, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail governanacorporativa@nuclea.com.br ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto a distância em conjunto com os Documentos Necessários (abaixo especificados) para o endereço: **CIP S.A. | Núcleo – Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/c: Governança Corporativa.** Vale ressaltar que os boletins de voto a distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela Núcleo até o dia 25 de abril de 2024, tendo a Núcleo, em até 2 (dois) dias do recebimento de cada boletim de voto a distância, que comunicar: (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente à Assembleia através da Plataforma Digital e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado. São Paulo, 01 de abril de 2024.
Edo Ilson Viani – Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

CNPJ 42.768.967/0001-68 - NIRE 35.3.0057559-8

Convocação

Nos termos do artigo 123, parágrafo único, "c", da Lei nº 6.404/76, diante da inércia do Conselho de Administração da **Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.**, CNPJ 42.768.967/0001-68, NIRE 35.3.0057559-8 ("Companhia"), após ter sido notificado, em 25 de março de 2024, para a realização de convocação de assembleia, as acionistas abaixo assinadas, representando 52% do capital social, convocam todas as acionistas da Companhia para a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser realizada, no dia 11 de abril de 2024, às 10h00, na sede da Companhia, na Avenida Miguel Estéfano, 4241, Vila Santo Estéfano, CEP 04301-002, São Paulo, SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Suspensão dos direitos políticos (direito de voto, inclusive o de indicação de membros da administração), econômicos (dividendos) e do Direito de Preferência (conforme conceituado no Acordo de Acionistas da Companhia), da Acionista Livepark Entretenimento e Participações Ltda. (CNPJ 38.731.473/0001-31), devido ao descumprimento das obrigações de aportes financeiros previstas no Acordo de Acionistas da Companhia; (b) Aumento do capital social da Companhia, mediante conversão dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) efetuados pelas Acionistas até esta data, na forma e para os fins do disposto no Acordo de Acionistas da Companhia; e (c) Novo aumento de capital social da Companhia, mediante a subscrição de Novas Ações, fixando-se prazo para a integralização, para que a Companhia possa dar continuidade na realização do seu objeto social, de forma a cumprir o Contrato de Concessão e o Plano de Negócios, nos moldes e na forma dos requisitos previstos na Cláusula Sexta do Acordo de Acionistas da Companhia. São Paulo, 3 de abril de 2024. Acionistas: **Oceanic Atrativos Turísticos S.A.**; **Egypt Engenharia Ltda.**; **Turita Participações Ltda.**; **Geratec Participações Ltda.**; **Pavienge Terraplenagem e Pavimentação Ltda.** (03/04/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

